

“Seria o fim do preconceito?”: a ditadura militar, o Itamaraty e a primeira diplomata negra do Brasil

“Would it be the end of prejudice?”: The military dictatorship,
Itamaraty and Brazil’s first black female diplomat

Ivan Andrew Campos Haxton* e Camilla Cristina Silva**

Resumo

Historicamente, o acesso à carreira diplomática no Brasil restringiu-se a poucos, geralmente homens brancos pertencentes às elites nacionais. O estudo da trajetória de diplomatas que não fazem parte desse grupo, como Mônica de Veyrac (1957-1985), primeira diplomata negra do Itamaraty, pode ajudar a compreender as estruturas que norteiam esse processo. Para isso, inicialmente traçou-se um breve histórico do processo de seleção à diplomacia. Depois, foram examinadas as relações entre a ditadura militar brasileira, o Itamaraty e a África. A trajetória e as dificuldades de Mônica de Veyrac na carreira diplomática foram abordadas na sequência. A análise das fontes permitiu constatar que a ditadura militar utilizou a entrada da primeira mulher negra na diplomacia para propagar a ideia de que o Brasil seria uma “democracia racial”. Contudo, a breve carreira de Mônica de Veyrac foi exceção à regra; a composição do quadro diplomático brasileiro pouco mudou, sendo as políticas de ação afirmativa instrumento fundamental para a democratização do acesso à diplomacia.

Palavras-chave: Ditadura militar;
Itamaraty; Mito da democracia racial.

* E-mail: ach.ivan21@gmail.com

** E-mail: ccs.historia@gmail.com.

Abstract

Historically, access to diplomatic career in Brazil has been restricted to a few, usually white men belonging to national elites. Studying the career of diplomats who don't fit that group, like Mônica de Veyrac (1957-1985), Itamaraty's first female black diplomat, may help understand the structures that guide this process. In order to do that, initially a brief history of Brazilian diplomacy's selection process was outlined. Then, the relations between the Brazilian military dictatorship, Itamaraty and Africa were examined. Monica de Veyrac's trajectory and difficulties in her diplomatic career were discussed next. The analysis of the sources revealed that the military dictatorship used the entry of the first black woman into diplomatic career to propagate the idea that Brazil was a “racial democracy”. However, Monica de Veyrac's brief career was an exception to the rule; the composition of the Brazilian diplomatic staff has changed little, with affirmative action policies being a fundamental instrument for democratizing access to diplomacy.

Keywords: Military dictatorship; Itamaraty;
Racial democracy myth.

Introdução

A diplomacia brasileira é mundialmente reconhecida como de qualidade (AMADO, 2016; BARBOZA, 2020; FERNANDES, 2016). Rubens Ricupero (2017, p. 23-24) chama atenção para o processo de aquisição e conservação do território nacional, no qual a diplomacia brasileira valeu-se do “poder suave”, isto é, da utilização de métodos como a negociação e o estudo de documentos antigos para assegurar domínio do território imenso e cheio de recursos naturais que forma hoje o Brasil. A diplomacia, segundo o autor, foi fundamental em diversos momentos da história brasileira, atuando de forma determinante na Independência, no fim do tráfico escravocrata, nos conflitos na região platina, na política de imigração e no processo de industrialização do país.

Entretanto, o acesso à carreira diplomática restringiu-se, ao longo dos anos, a poucos, geralmente os homens pertencentes às elites nacionais. Ainda hoje, a classe diplomática é composta, em sua maioria, por homens brancos oriundos da região Sudeste. Em estudo recente, Lima & Oliveira (2018) analisaram o perfil dos diplomatas brasileiros formados até o ano de 2010. A pesquisa evidenciou que as mulheres representam apenas cerca de 25% do total de diplomatas em atividade. Em relação ao perfil étnico, os brancos representam 97,82% do grupo estudado; enquanto os negros, amarelos e indígenas representam, respectivamente, 2,76%, 1,1% e 0% do conjunto total. Assim, é possível verificar que o Instituto Rio Branco (IRB) ainda é um espaço de difícil acesso à grande parte da população brasileira.

Para melhor compreender o processo histórico que resulta no cenário atual do acesso à carreira diplomática, faz-se necessário analisar a trajetória de diplomatas que não fazem parte do perfil-padrão do corpo diplomático brasileiro. Tal empreendimento pode contribuir para a exposição das estruturas que norteiam o processo de seleção ao IRB, ajudando a evidenciar os motivos pelos quais a carreira diplomática ainda é restrita a poucos. Sem dúvida, é relevante o fato de as provas de admissão exigirem conhecimentos em língua inglesa e francesa, além de noções de direito, administração e economia, conteúdos de mais fácil acesso apenas para a elite. Contudo, esse fator não é suficiente para explicar a composição dos quadros da diplomacia nacional. É nesse sentido que se insere o estudo da carreira e da vida da primeira diplomata negra do Brasil, Mônica de Veyrac (1957-1985), que ingressou no IRB em 1979 (FRIAÇA, 2018), já no processo de distensão da ditadura militar. A investigação histórica do caso de Veyrac é então o eixo central do presente estudo.

A pesquisa histórica empreendida se justifica na medida em que a trajetória das mulheres negras na diplomacia brasileira ainda carece de maiores desenvolvimentos. Não há tantos estudos que se voltam para esse tema, e mais especificamente, não há estudo de cunho histórico que tenha como tema a experiência e o pioneirismo de uma mulher negra na carreira diplomática. Entre as poucas obras que a mencionam, há o documentário *Exteriores – Mulheres brasileiras na diplomacia* (2018), produzido pelo Grupo Mulheres Diplomatas, algumas breves menções em artigos na internet e no livro escrito por Friaça (2018) sobre a trajetória das mulheres diplomatas

no Itamaraty. Nesse sentido, propõe-se investigar sua trajetória, além de explorar o contexto no qual sua carreira se desenvolveu.

Considerando que no final da década de 1970 o Brasil está sob uma ditadura, é imperativo que sejam abordadas as características da política externa desse Estado autoritário durante o qual, de acordo com Fernandes (2016), a diplomacia brasileira apresentou alinhamento ideológico com os militares, trabalhando ativamente para preservar a imagem nacional no exterior, mesmo com as denúncias de violações aos direitos humanos em fóruns internacionais.

Parte dessa imagem baseava-se na propagação da chamada “democracia racial”¹, ou seja, na ideia de que havia uma convivência harmônica e igualitária entre as raças que forjaram o povo brasileiro. O autor ressalta que o Itamaraty tinha, por um lado, “certa autonomia garantida graças à tradição do Ministério” e, por outro, “algumas barreiras e limitações”, pois era necessário ao regime ditatorial controlar a atuação diplomática para atingir seus objetivos (FERNANDES, 2016, p. 123-124). Assim, a investigação histórica acerca do papel dos militares na seleção de diplomatas contribui para entendermos as nuances excludentes da formação do corpo diplomático brasileiro.

Dessa forma, pretendemos demonstrar no decorrer deste artigo como a trajetória da primeira mulher negra na diplomacia brasileira impactou a política de propagação da imagem de “democracia racial” brasileira, acionada pela ditadura militar. Primeiramente, apresentamos um breve histórico do processo de seleção à carreira diplomática até o final da década de 1970. De modo a embasar teoricamente a interpretação desse processo, utiliza-se as obras de Cheibub (1985; 1989). Este autor, inspirado nos tipos ideais weberianos², divide em três períodos a história do Itamaraty: o Patrimonial (1822-1902), o Carismático (1903-1913) e o Burocrático-racional (1913-1982). As características desses períodos serão desenvolvidas na primeira parte deste texto. Em seguida, será abordada a relação entre a ditadura militar e o IRB, analisando o cenário de formação e carreira diplomática de Mônica de Veyrac. Por fim, nos ateremos às experiências desta mulher, negra, no seio de um dos órgãos determinantes da legitimação da “legalidade autoritária” (PEREIRA, 2010, p. 142) em âmbito internacional e a reverberação de sua atuação nas autoridades brasileiras.

¹ Utiliza-se aqui o sentido dado a esse termo por Antônio Sérgio Guimarães. Para esse sociólogo, a “democracia racial” brasileira seria a crença – propagada amplamente pela ditadura militar – de que o Brasil, devido à mestiçagem, estaria livre de conflitos raciais e promoveria igualdade de oportunidade para todos. Os militares, portanto, advogavam que a sociedade brasileira consistiria na plena realização da “democracia étnica”, proposta em Gilberto Freyre (GUIMARÃES, 2001).

² Para Weber, os conceitos que a sociologia utiliza não são reproduções exatas da realidade. O sociólogo consegue elaborar apenas uma construção teórica sobre certos aspectos da sociedade, isto é, um tipo ideal, formado a partir da “intensificação unilateral” da realidade social. Assim, o tipo ideal weberiano permite comparar a teoria com a realidade pesquisada, a partir de um recorte desta, determinado pelo pesquisador (SELL, 2009).

Breve histórico do processo de seleção à diplomacia brasileira

Embora a tradição diplomática herdada pelo Brasil remonte à época de Alexandre de Gusmão, Castro (2009) considera que a *célula mater* do que viria a ser o Ministério das Relações Exteriores encontra-se no cargo de Ministro Secretário de Estado, instituído por D. João VI. Em decreto de 11 de março de 1808, a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros foi formalmente criada, juntamente com a da Guerra, sendo as duas separadas somente em 1821. A instituição diplomática era então composta de quadro extremamente reduzido, que consistia em quatro oficiais, sendo um deles o oficial-maior, além de dois auxiliares de porteiro. Em 1822, José Bonifácio de Andrada, o Patriarca da Independência, foi nomeado Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino e dos Negócios Estrangeiros, tornando-se, a partir da Independência, o primeiro chanceler do Brasil. Naquele mesmo ano, começou a organizar administrativamente o corpo diplomático, designando o primeiro Agente Consular, Manuel Antônio Correia da Câmara, para Buenos Aires (CASTRO, 2009; RICUPERO, 2017).

A primeira geração de diplomatas brasileiros constituía um grupo com características homogêneas. Boa parte tinha raízes intelectuais na Universidade de Coimbra e/ou partilhava de ideais iluministas. Eram homens mais velhos, pertencentes a uma elite letrada que havia se engajado nos movimentos independentistas brasileiros. Embora não possuíssem experiência diplomática prévia, a maioria ocupava cargos de importância no governo de D. João VI. Muitos deles, inclusive – em função do apoio prestado à causa da Independência –, gozavam de certa proximidade com o jovem imperador D. Pedro I (CRUZ, 2017).

A falta de recursos para desempenhar o serviço diplomático no exterior era outro fator que pesava na composição de seus integrantes. O Império não tinha recursos para manter um quadro permanente de funcionários assalariados, de forma que os cônsules, por exemplo, recebiam, como compensação pelo seu serviço, uma parte da verba do consulado. A renda recebida, entretanto, era muitas vezes insuficiente para cobrir os gastos da representação, sendo esta sustentada, pelo menos em parte, pelos recursos financeiros pessoais dos diplomatas. Além disso, o Estado não oferecia os materiais necessários para equipar as repartições no exterior, de forma que não havia uma clara diferenciação entre o patrimônio particular dos representantes e o bem público. No século XIX, portanto, para se ter condições de servir o Brasil numa missão diplomática, fazia-se extremamente importante "possuir fortuna pessoal" (CHEIBUB, 1985, p. 117).

Tem-se assim que, nas primeiras décadas do Império, a diplomacia nacional compunha-se de homens ricos, com formação intelectual na Europa e detentores de experiência no aparelho burocrático da monarquia portuguesa. Como afirma Almeida (2013, p. 30), o Brasil buscava pautar suas relações exteriores nos mesmos princípios seguidos pelas chamadas "nações civilizadas", isto é, "queria ser como a Europa, ter maneiras francesas [...] mesmo quando exibia um parlamentarismo de fachada e escondia um escravismo renitente". A boa imagem que o recém-formado país queria passar fica exemplificada no caso do Barão de Penedo, diplomata que manteve em Londres, durante 30 anos, uma vida social bastante intensa e dispendiosa, com o objetivo de impressionar os ingleses (CHEIBUB, 1985).

As primeiras regulamentações concernentes à carreira diplomática brasileira surgiram em meados da década de 1830. No 1º Regimento Consular de 1834, elaborado pelo ministro Aureliano de Souza, o artigo 4º determinava que os cônsules seriam nomeados pelo Imperador, sendo dispensados quando este bem o entendesse. À época, o senador Caetano Gama chegou a solicitar, em discurso perante a Assembleia Legislativa, que fossem regulamentados “o ingresso, a ascensão e a disponibilidade na carreira diplomática”, pois era seu desejo transformá-la em autêntica carreira pública (GAMA apud CASTRO, 2009, p. 71). Assim surgiu a Lei nº 614, de 22 de agosto de 1851, a primeira a organizar o corpo diplomático, que estabeleceu as diretrizes para seleção de Secretários e Adidos de legação. Entre os candidatos, seriam

preferidos os Bachareis Formados nos Cursos Jurídicos do Imperio, e os graduados em Academias ou Universidades estrangeiras, que mais versados se mostrarem em linguas. Os individuos, que não tiverem aquellas graduações, habilitar-se-hão por meio de exame, na fôrma que for determinada pelos Regulamentos do Governo (BRASIL, 1851).

Assim, embora os cargos iniciais fossem preenchidos por meio de provas de habilitação, os de médio e alto escalão poderiam ser ocupados por indivíduos indicados arbitrariamente pelo governo. Também não havia critérios claros de promoção, sendo esta imprevisível (CASTRO, 2009). Este panorama permaneceu pouco inalterado mesmo após a proclamação da República, caracterizando-se pela confusão entre o patrimônio público e o privado nas repartições diplomáticas, baixo grau de profissionalização dos representantes e indicação de servidores em função de laços familiares e de amizade, em vez de mérito. Esse período, no qual a política exterior brasileira era exercida pela elite imperial – formada na tradição portuguesa, é chamado de Patrimonial (CHEIBUB, 1985). Aqui prevaleciam, nos integrantes do serviço exterior: o sexo masculino, as feições europeias, a origem aristocrática, a formação intelectual em Portugal e a elevada riqueza. Não havia representação feminina na carreira.

Nos quase dez anos (1902-1912) em que o Barão do Rio Branco esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o caráter discriminatório da diplomacia brasileira pouco se alterou. Profissional formado no Segundo Reinado e monarquista convicto, selecionava pessoalmente os membros da carreira, opondo-se à presença de mulheres na diplomacia (ALMEIDA, 1996; RICUPERO, 2017). O embaixador André Amado (2013, p. 24) é enfático sobre como se dava esse processo, afirmando que o Barão “selecionava os futuros diplomatas pelo jeitão dos candidatos. Tivessem presença, o chamado *physique de rôle*, falassem línguas e, sobretudo, procedessem de boa família, estariam admitidos na *carrière*”. Boa parte dos atos administrativos da Secretaria de Estado passava diretamente por ele, motivo pelo qual Cheibub (1985) denomina de Momento Carismático o período correspondente à gestão de José Maria da Silva Paranhos Júnior no Itamaraty. O carisma pessoal e prestígio político do Barão permitiram-lhe centralizar a política exterior em torno de si, incluindo aí a escolha dos integrantes da carreira diplomática.

O perfil procurado por Rio Branco buscava “vender ao estrangeiro a imagem idealizada do Brasil” (RICUPERO, 2013, p. 433), idealização essa pautada nas características das nações

européias nas quais o governo republicano procurava espelhar-se. Disso resultava que os representantes brasileiros no exterior eram bem diferentes de seus representados. Em um país em que boa parte da população era negra e/ou analfabeta, os diplomatas da Primeira República eram o retrato da elite nacional: homens brancos, possuidores de capital social e cultural, versados nos costumes europeus e com vivência no exterior (GOBO, 2018).

Após o Período Patrimonial (1822- 1902) e o Momento Carismático (1902-1912) da administração do Itamaraty, houve um esforço para burocratizar o acesso à carreira diplomática, tornando-o mais meritocrático. Esse processo tornou-se necessário em função da crise institucional causada pela gestão Barão do Rio Branco. Seu estilo personalista e pouco adepto aos procedimentos formais teve como resultado o enfraquecimento institucional do órgão. Os diplomatas que o sucederam na gestão procuraram então, a partir da segunda metade dos anos 1910, estruturar administrativamente o MRE, no sentido de fortalecê-lo. Esse processo inaugura o período Burocrático-Racional desse órgão, caracterizado pela adoção de uma estrutura mais racional e burocratizada, no sentido weberiano do termo (CHEIBUB, 1985). Exemplo disso foi a realização, em 1918, de concurso público para o cargo de 3º Oficial da Secretaria de Estado. Uma das inscrições causou polêmica: uma mulher, Maria José de Castro Rebello Mendes, tivera a ousadia de tentar adentrar numa das carreiras mais elitizadas do Estado brasileiro. Sua participação no certame só foi autorizada porque Rui Barbosa, que era próximo do pai da candidata, intercedeu em seu favor junto ao chanceler Nilo Peçanha. O argumento utilizado para permitir sua inscrição foi o de que a lei brasileira não fazia distinção entre os sexos na elegibilidade para empregos públicos. Apesar da desconfiança despertada, Maria obteve bom desempenho, sendo a primeira colocada no concurso. Ao ser nomeada para o cargo na Secretaria de Estado, em 28 de setembro de 1918, tornou-se a primeira mulher diplomata do Brasil (FRIAÇA, 2018).

Entre 1919 e 1938, ingressaram no Itamaraty dezoito mulheres (GOBO, 2018). Essas quase duas décadas correspondem a um período de modernização burocrática do Estado brasileiro, principalmente após 1930, com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e a adoção generalizada do concurso público como forma de ingresso na administração estatal (CHEIBUB, 1985). Percebe-se então que, em função da adoção de critérios objetivos para o ingresso na diplomacia, há uma pequena amenização do caráter excludente da carreira diplomática. Entretanto, as estruturas patriarcais presentes na sociedade brasileira, existentes ainda nos dias de hoje, estavam explícitas no Decreto-Lei n° 791 de 1938, também chamado de Reforma Oswaldo Aranha, que proibia formalmente a entrada de mulheres na diplomacia. Esse dispositivo legal, que também uniu os corpos consular e diplomático, unificando a carreira, expressava em seu artigo 30, parágrafo único, que no “concurso [de admissão à carreira de diplomata] só poderão concorrer candidatos do sexo masculino” (BRASIL, 1938). Dentre os vários motivos alegados para a proibição, chamam atenção os de cunho discriminatório. Em documento produzido pelo Conselho Federal para o Serviço Público Civil, produzido entre 1937 e 1938, com objetivo de fundamentar a interdição do acesso feminino à diplomacia, afirma-se que as diplomatas

casadas e servindo no estrangeiro, iriam enfrentar conflitos de autoridade. Sendo o marido cabeça de casal, como ajustar seus deveres e responsabilidade com a chefia de uma chancelaria pela mulher submetida ao poder marital? (apud FRIAÇA, 2018, p. 153).

A Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), entidade feminista, questionou a proibição em uma carta endereçada a Oswaldo Aranha, datada de junho de 1938³. Em sua resposta, o chanceler citou motivos de natureza jurídica e cultural para justificar a exclusão. Além disso, argumentou que a presença de mulheres exercendo cargos diplomáticos na Argentina e na Inglaterra trouxera danos à imagem do Brasil no exterior. Mencionou especificamente o caso da representante consular em Buenos Aires, que teria sido ridicularizada pela imprensa portenha, causando repercussão “no terreno do ridículo” para o governo brasileiro (apud FRIAÇA, 2018, p. 148). Nota-se assim que, mesmo na fase Burocrático-Racional do Itamaraty, permaneceu a preocupação em propagar no exterior a imagem de um Brasil branco, masculino, rico e europeizado.

A criação do IRB, em 1945, teve como objetivo estabelecer um local de aperfeiçoamento profissional para a diplomacia, desempenhando função semelhante à Escola Superior de Guerra no Exército. Na prática, entretanto, o IRB acabou monopolizando a seleção e formação dos diplomatas brasileiros (CHEIBUB, 1985). No primeiro edital organizado pela Casa, não foi formalizada a proibição da inscrição feminina. Tendo em vista que não interessava ao governo a entrada de mulheres na carreira diplomática, o IRB foi orientado a negar a inscrição das candidatas que obtivessem sucesso nas provas iniciais. Somente em 1953, via mandado de segurança, uma mulher, Maria Sandra Cordeiro de Mello, foi novamente admitida. A proibição foi formalmente revogada no ano seguinte. O resultado desse processo excludente se reflete nos quadros da carreira até hoje. Em 2015, as mulheres representavam apenas 22,3% do corpo diplomático brasileiro (GOBO, 2018).

Além do preconceito de gênero, o preconceito racial também aparece como um dos legados da formação histórico-social dos quadros diplomáticos nacionais. As primeiras denúncias formais de racismo no IRB datam da década de 1940. José Pompílio da Hora, formado em Direito em Nápoles e professor do Colégio Pedro II, ao tentar entrar na carreira diplomática, foi recusado duas vezes, em função de sua condição racial (CARVALHO, 2005-2006). Seu irmão, Laurindo Pompílio da Hora, chamou atenção sobre o caso no jornal *Diário Trabalhista* em 1946, ressaltando que no Brasil “existe uma luta surda e passiva contra a gente de cor, só por ser de cor” (apud GUIMARÃES & MACEDO, 2008, p. 152).

Assim, se as barreiras sociais e econômicas construídas ao longo da formação da sociedade brasileira vêm impedindo – salvo raríssimas exceções –, a presença de homens negros no corpo diplomático brasileiro, para as mulheres negras os obstáculos são ainda maiores, pois, além do preconceito racial, há o preconceito de gênero. Evidência disso é que,

³ É importante ressaltar que, nesse período, a luta feminina por participação política estava em voga. A FBPF, fundada em 1922 por Bertha Lutz, teve influência determinante na conquista do voto feminino no Brasil, positivado na Constituição de 1934 (COELHO & BAPTISTA, 2009).

mesmo com a adoção cada vez maior de critérios de seleção objetivos, apenas no final dos anos 1970 - após 157 anos de diplomacia nacional – uma mulher negra foi admitida na carreira. Mônica de Veyrac entrou no IRB em 1979, período correspondente ao final do governo Geisel (1974-1979). Faz-se necessário então examinar as condições nas quais seu ingresso ocorreu e a relação entre o Itamaraty e a ditadura militar.

O Itamaraty e a ditadura militar brasileira

O Golpe de 1964 ocorreu dentro do Período Burocrático-racional (1913-1982) do Itamaraty, de modo que, quando os militares tomaram o poder, o IRB já vinha demonstrando interesse em tornar a carreira mais acessível, embora a situação, como visto acima, estivesse ainda longe do ideal. As principais mudanças em relação ao Período Carismático (1902-1912) e os efeitos da imposição da ditadura militar na gestão do Itamaraty são apresentadas nos parágrafos seguintes.

Iniciado na segunda década do século XX, o processo de racionalização burocrática da carreira diplomática se intensificou a partir das décadas de 1930 e 1940, com a fusão dos quadros consular e diplomático e a criação do IRB. Houve então um esforço para expandir a base de recrutamento da diplomacia nacional, evidenciado pela adoção de algumas medidas que ampliaram as oportunidades de acesso ao cargo de diplomata. Uma delas foi a realização das provas do concurso em outras cidades além do Rio de Janeiro, o que ocorreu a partir de 1959. Antes, a prova ocorria exclusivamente na capital, de modo que os candidatos deviam deslocar-se até lá para participar do processo seletivo, sem qualquer tipo de ajuda financeira do Estado. Disso resultava que apenas aqueles com elevada condição socioeconômica, ou que residissem no Rio de Janeiro, tinham condições de participar do certame. Ao longo dos anos, o aumento de cidades aptas a realizar as provas mostrou-se efetivo: em 1957, 84,4% dos candidatos moravam na capital; já em 1970 estes representavam menos de 50% da totalidade de inscritos. A partir de 1946, houve também um ingresso cada vez maior de diplomatas oriundos de famílias de classe média (CHEIBUB, 1989).

Na questão de gênero, Lima & Oliveira (2018) verificaram que houve uma pequena melhora na representação feminina na diplomacia a partir dos anos 1960. No período compreendido entre 1961-1973, as mulheres compunham apenas 10% do corpo diplomático. No período seguinte analisado, ou seja, 1973-1982, essa proporção aumentou para 20%. Já em relação à raça, os autores não puderam demonstrar o mesmo. Em 1961-1972, a totalidade dos diplomatas era branca. Já em 1973-1982, os brancos ainda representavam 99,3% do quadro diplomático. Fica claro então que, apesar do aumento da base de recrutamento, reflexo da intensificação do processo de racionalização-burocrática, durante toda a ditadura militar brasileira (1964-1985), o IRB ainda era um local de difícil acesso a mulheres negras.

Não obstante, a partir do golpe de 1964, outros fatores passaram a influenciar o processo de seleção à diplomacia. Os presidentes militares, embora tivessem diferenças entre si,

partilhavam alguns princípios que nortearam a política exterior da época. Dentre eles, ressaltam-se o anticomunismo ferrenho, a obsessão com a segurança nacional, a censura à liberdade de expressão e o desprezo pelos direitos humanos (FERNANDES, 2016; RICUPERO, 2017). A entrevista, fase integrante do concurso público ao IRB até 1984, tinha como objetivo eliminar os candidatos que fossem críticos à ditadura, além de dificultar a entrada de homossexuais e negros (GOBO, 2016).

Pode-se também, respeitando as diferenças entre os governos militares, traçar uma curva que caracteriza as fases da ditadura. Os dez primeiros anos (1964-1974) foram de crescente endurecimento e repressão. Evidência disso é que o Itamaraty, assim como outros órgãos de Estado, sofreu intervenções da ditadura militar. Diplomatas que se opuseram ao regime foram demitidos, sendo 4 em 1964 e 13 na vigência do AI-5, a partir de 1968⁴. Os últimos onze anos (1974-1985), por outro lado, foram baseados na retórica da abertura progressiva, embora os servidores da diplomacia ainda continuassem a ser vigiados (RICUPERO, 2017).

Fernandes (2016) chama a atenção para o fato de que um dos efeitos da repressão foi o alinhamento ideológico do Itamaraty com a ditadura, ainda que esse alinhamento tenha se dado mais como forma de defesa do órgão frente às intervenções do que como identificação política entre diplomatas e militares. É nesse sentido que se pode afirmar que duas estratégias governamentais inter-relacionadas, relativas aos objetivos da política interna e externa dos governos Médici e Geisel, são determinantes para contextualizar historicamente o ingresso de Mônica de Veyrac no corpo diplomático brasileiro.

A primeira dessas estratégias foi a aproximação do Brasil com os países africanos, a partir de 1972. Os interesses em firmar parcerias econômicas, comerciais, políticas e culturais ficaram evidentes nas visitas do chanceler Mário Gibson Barboza à África, em 1972 e 1973. Nestas, foram firmados acordos de cooperação científica, técnica e cultural com várias nações africanas. A crise do petróleo em 1973 – que elevou o preço desse produto fundamental à expansão da economia brasileira – e a queda do regime salazarista português em 1974, ajudaram o governo Geisel a aprofundar ainda mais as relações Brasil-África. Em sua gestão foram criadas 14 novas embaixadas no continente africano. Além disso, o Brasil foi o primeiro país do mundo a reconhecer a independência de Guiné-Bissau, em 1974, e da Angola, no ano seguinte (CERVO; BUENO, 2002).

⁴ Conforme o relatório da Comissão Nacional da Verdade, para as autoridades da ditadura brasileira, “o MRE, embora pertencente ao ramo civil da administração federal, possuía, no tocante à segurança nacional, atribuições semelhantes às dos ministérios militares. Reaparelhá-lo de forma adequada, para que pudesse desempenhar papel mais ativo em sua preservação, foi objetivo prioritário do regime instalado em abril de 1964. Com essa justificativa, e em nome da proteção ao sigilo de suas atividades, certas categorias funcionais deveriam ser retiradas do domínio da lei geral, mediante a adoção de estatuto jurídico próprio, não raro impreciso e largamente consuetudinário” (BRASIL, 2014). Foi o caso, por exemplo, da criação do CIEX (Centro de Informações do Exterior) sem existência oficial de ato administrativo, apenas rumores de uma “portaria ultrassecreta” que conteria suas atribuições de inteligência e contrainformação.

Na efetivação da cooperação histórica e cultural, entretanto, algumas dificuldades foram encontradas. Embora a posição oficial da ditadura fosse de que Brasil e África tinham "parentesco cultural" e um passado comum, o corpo diplomático brasileiro presente nas nações africanas negras era praticamente todo branco. O testemunho do chanceler do governo Médici, Mário Gibson Barboza, ilustra bem essa contradição. Segundo o ministro, "todo brasileiro, qualquer que seja a sua origem étnica, possui um pouco de africano em sua maneira de sentir, de pensar, de se comportar [...]" (BARBOZA, 2020, p. 375). Entretanto, ao narrar episódio ocorrido em sua visita a Gana, em 1972, transparece sua preocupação sobre a diferença étnica entre a delegação brasileira e as autoridades ganesas. Em um almoço informal oferecido por estas, o chanceler percebera que estava sendo testado, quando lhe fora oferecida uma comida extremamente apimentada e relatou:

O general [ganês] Aferi conduziu-me à mesa onde os pratos estavam servidos (era um *self-service*) e disse-me: 'Mande preparar um almoço típico, como o senhor certamente não conhece. É a maneira como nós comemos. Lamentarei muito se essa comida lhe for desagradável, mas é assim que comemos. E não queremos fingir ser o que não somos'.

Percebi tratar-se do primeiro teste, entre vários a que seria submetido. Ali chegava eu, branco, com uma delegação de brancos (somente o médico brasileiro que nos acompanhava era negro), a proclamar que no Brasil não havia discriminação racial e que nos orgulhávamos de nossas raízes africanas (BARBOZA, 2020, p. 384).

O acontecimento narrado acima exemplifica o que Jerry Dávila chama de "abstração" da África pelo Brasil. Para o autor, o continente africano seria "uma tela sobre a qual as aspirações nacionais e os valores raciais brasileiros foram representados". Dois fatores ajudam a compreendê-la: o fato de que, à época, havia pouquíssima informação no Brasil sobre a África e vice-versa; e a influência do pensamento freyreano sobre os diplomatas brasileiros. A crença de que todos os brasileiros compartilham uma herança africana – presente até hoje no imaginário nacional – ilustra bem essa idealização (DÁVILA, 2011, p. 310).

A ditadura militar, que tinha grande interesse na África, estava ciente dos problemas que poderiam surgir do fato de seu corpo diplomático ser extremamente diferente, não apenas de sua própria população, mas também da população dos países africanos. Portanto, esforçou-se ao máximo para passar a imagem de que o Brasil era um país sem preconceitos, onde todas as pessoas, independentemente da raça, conviviam em harmonia, isto é, em uma "democracia racial"⁵. A missão dos representantes brasileiros enviados à Nigéria entre 1961 e 1983 era, segundo Dávila (2011), apresentar um país sem conflitos raciais, parcialmente africano e culturalmente similar à Nigéria. Muitos deles, inclusive, acreditavam pessoalmente nessa suposta identidade nacional. Assim, entre 1968 e 1978, "a 'democracia racial' passou a ser um dogma, uma espécie de ideologia do Estado brasileiro" (GUIMARÃES, 1999, p. 153). O presidente Geisel, por exemplo, em encontro com a primeira-dama americana Rosalynn Carter, em 1977,

⁵ Guimarães (1999; 2001) argumenta que a ideia freyreana de "democracia racial" foi retomada pelos militares a partir de 1964, compreendendo-a como *padrão cultural de interação interracial*.

afirmou que o Brasil “seria talvez um exemplo para o mundo, com sua sociedade multi-racial vivendo em harmonia” (apud FERNANDES, 2016, p.112). Essa preocupação em propagar a imagem, tanto internamente como externamente, de nação sem conflitos étnico-raciais, é a segunda estratégia política relacionada ao pioneirismo de Mônica de Veyrac no Itamaraty.

A “democracia racial” brasileira, no entanto, começou a ser criticada já nos anos 1960, notadamente na obra *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), do sociólogo Florestan Fernandes. Além dele, movimentos políticos e ativistas negros também passaram a apontar como “mito” a tal “democracia racial” propagada pelos militares. Um dos maiores críticos a esse “mito” foi Abdias do Nascimento, intelectual negro que, em 1977, na cidade de Lagos, publicou *The racial democracy in Brazil: myth or reality?*, traduzido no ano seguinte para o português sob o título *O Genocídio do Negro Brasileiro* (GUIMARÃES, 2001). Na obra, o então professor da Universidade do Estado de Nova Iorque relata que a imagem do Brasil projetada internacionalmente era bem diferente da realidade, pois os negros brasileiros estavam expostos a uma estrutura racista dentro de seu próprio país. Além disso, argumenta que a aproximação do Brasil com a África se deu mais em função de interesses comerciais no mercado africano – altamente lucrativo para a elite branca brasileira – do que em função de supostos vínculos histórico-culturais entre os dois povos. Critica também o fato de que a delegação brasileira junto à ONU, em 1968, – quando em discussão junto ao órgão, declarara que o Brasil era formado pela união harmoniosa das raças –, compusera-se exclusivamente por brancos, sendo o Ministério das Relações Exteriores justamente um dos órgãos mais discriminadores contra os negros (NASCIMENTO, 1978).

É importante mencionar que, como o professor e teatrólogo encontrava-se em exílio desde 1969, as autoridades ditatoriais brasileiras passaram a preocupar-se cada vez mais com a projeção de suas ideias, principalmente no exterior. Prova disso é que, no Colóquio de Especialistas em Assuntos Africanos, evento integrante do II Festival Mundial de Artes Negras, realizado em Lagos em janeiro de 1977, o Itamaraty agiu, com o apoio de autoridades nigerianas, para que seu texto, elaborado especialmente para o evento, não fosse aceito para publicação⁶.

Não obstante, o professor também participou das comissões temáticas previstas no evento, onde proferiu duras críticas ao Brasil. Estas também foram objeto de censura, conforme aponta documento do chanceler Azeredo da Silveira. Em Informe ao Presidente da República, datado de 3 de fevereiro de 1977, o então Ministro das Relações Exteriores afirma que instruiu a embaixada brasileira em Lagos a solicitar ao Ministro da Educação nigeriano que interferisse, junto aos organizadores, para impedir a inclusão das críticas formuladas pelo intelectual brasileiro nos anais do evento. Os nigerianos concordaram e, assim, o objetivo do governo brasileiro fora alcançado: em reunião plenária do colóquio, os organizadores decidiram rejeitar

⁶ Segundo o próprio autor, a obra foi posteriormente publicada no periódico nigeriano *Daily Sketch*, sob o título *The Nascimento Paper* (NASCIMENTO, 1978). A interferência da chancelaria brasileira pode ser comprovada através do telegrama nº 37, documento integrante do dossiê elaborado pelo governo brasileiro sobre Abdias do Nascimento, citado abaixo (ver nota de rodapé seguinte).

“o registro das opiniões do Senhor Abdias do Nascimento [...]”⁷, apagando assim as críticas feitas ao Brasil no festival.

A apreensão da ditadura brasileira em relação ao pensamento de Abdias do Nascimento não se resumiu ao episódio acima. Os órgãos de inteligência elaboraram um detalhado dossiê sobre o intelectual, relatando suas atividades, tanto no exterior como no Brasil, de 1968 a 1980. Evidência dessa preocupação é um telegrama do Consulado brasileiro em Nova York à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, datado de outubro de 1977, no qual o intelectual é enquadrado na categoria de indivíduos que exercem “atividades nocivas à Segurança Nacional”. Os documentos que chamam mais atenção no dossiê, entretanto, são os sucessivos despachos referentes ao memorando DCT/2001, da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, de 18/05/1978. Nesse memorando, há um resumo do ensaio de Abdias citado acima, elaborado para que as autoridades brasileiras pudessem “pelos meios próprios”, anular “os argumentos do autor”. No parágrafo 19 do memorando, que trata da imagem brasileira no exterior, o trecho “discriminação racial no Itamaraty” é sublinhado, demonstrando a importância que o governo brasileiro deu a essa crítica em especial. O autor do resumo conclui, porém, que “qualquer resposta direta aos argumentos do autor provocarão polêmica, sem dúvida, desejada pelo mesmo”. Os despachos ao memorando demonstram como o assunto foi adquirindo importância dentro da estrutura administrativa do Itamaraty, saindo do Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica e sendo encaminhado, sucessivamente, à direção do Departamento da África, Ásia e Oceania, ao IRB, à Seção de Informações e, finalmente, à Divisão da Segurança e Informações. Todos os responsáveis ratificaram a sugestão presente no documento inicial, ou seja, a de que a melhor resposta aos argumentos de Abdias do Nascimento seria o silêncio⁸. Assim, mesmo não se manifestando oficialmente sobre as críticas sofridas, fica nítida a importância dada pela ditadura militar à sua imagem no exterior no que tange ao racismo.

Além das acusações de racismo advindas do exterior, o Itamaraty ainda enfrentava uma situação delicada no plano interno, vinculada a seu órgão de formação profissional. Desde o início da década de 1970, a imprensa vinha tecendo comentários negativos a respeito do IRB. Uma reportagem da *Folha de São Paulo*, de junho de 1974, já condenava a elitização da diplomacia nacional, afirmando que “praticamente apenas os membros de famílias ricas é que podem ingressar na carreira diplomática, pois o candidato precisa ter dois anos de curso superior

⁷ Informação ao Senhor Presidente da República. Arquivo pessoal de Antônio Azeredo da Silveira. Pasta AAS mre d 1974.03.26, p. 9062-9063. Acervo online do CPDOC/FGV. Disponível em:

https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AAS_MRE&Pesq=abdias%20do%20nascimento&pagfis=58356. Último acesso em: 13/08/2020.

⁸ Dossiê sobre Abdias do Nascimento. Acervo digital do Arquivo Nacional, Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. Código de referência: BR DFANBSB Z4.DPN.PES, PFI.247, p. 119-137. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_z4/dpn/pes/pfi/0247/br_dfanbsb_z4_dpn_pes_pfi_0247_d0001de0001.pdf Último acesso em: 13/08/2020.

para passar mais dois ganhando muito pouco, sem tempo disponível para trabalhar”⁹. O *Correio Braziliense*, em reportagem de 1978, também questionou se a seleção à diplomacia seria um jogo de “cartas marcadas” e se haveria discriminação no concurso¹⁰. Há assim, no final dos anos 1970, uma situação na qual, por um lado, a ditadura militar brasileira enfrentava críticas no exterior a respeito da propagada imagem de “democracia racial”, e de outro, condenações e questionamentos relativos à elitização e discriminação na seleção à carreira diplomática.

Mônica de Veyrac: trajetória e dificuldades

Mônica de Menezes Campos nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 10 de dezembro de 1957¹¹, sendo a mais velha dentre três irmãs. Filha de um sargento do Exército Brasileiro e de uma corretora de imóveis, iniciou o antigo ensino primário na Escola México, prosseguindo-o, depois, na Escola Municipal Joaquim Nabuco, ambas instituições públicas localizadas no bairro de Botafogo. Posteriormente, foi aprovada em concurso para ingresso no Colégio Pedro II, estabelecimento tradicional de ensino fluminense. Seu pai, Newton Marinho de Campos, ocupando à época o posto de tenente¹², foi transferido para Brasília em 1972, fato que ocasionou o deslocamento de sua família para a capital federal. Devido à mudança de cidade, Mônica foi transferida para o Ginásio do Setor Noroeste, no qual concluiu o antigo 2º grau. Por volta dessa época – segundo relata em entrevista concedida, em 1978, ao jornal *O Globo*¹³ – fora aconselhada por uma oficial de chancelaria “a não tentar a carreira diplomática, devido à sua cor”. Ainda assim “decidiu não levar a sério a advertência”, empenhando-se em realizar seu principal sonho. Dedicada e com capacidade acadêmica notável¹⁴, foi contemplada com bolsas de estudo em escolas de idiomas na capital, aprendendo nelas o inglês, o francês e o espanhol. Concomitantemente, matriculou-se em curso preparatório para o vestibular da Universidade de Brasília, sendo aprovada para cursar Letras na instituição, em julho de 1976¹⁵. No mesmo ano,

⁹ O árduo caminho que percorre um candidato a diplomata. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 54, n. 50.65, p. 18, 21 março 1974.

¹⁰ RIO Branco não faz discriminações e nega vestibular com “carta marcada”. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 5.555, p. 9, 13 abril 1978.

¹¹ Ficha de inscrição de Mônica de Menezes Campos para o exame de admissão ao CPCD de 1978. Acervo digital do Arquivo Nacional, Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. Código de referência: BR DFANBSB Z4.DPN.PES, PFI.810, p. 85. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_z4/dpn/pes/pfi/0810/br_dfanbsb_z4_dpn_pes_pfi_0810_d0001de0001.pdf Último acesso em: 13/08/2020.

¹² A promoção a tenente ocorreu em 1971. MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Portaria nº 9 CP/QOA-QOE, de 14 de Abril de 1971. **Diário Oficial da União**: seção I – parte I: Poder Executivo, Brasília, n. 3366, p. 14, 5 mai. 1971.

¹³ FUTURA diplomata negra não sofre discriminação. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 54, n. 16.362, p. 8, 2 agosto 1978.

¹⁴ MARTINS, F. Uma negra no Itamarati: será o fim do preconceito? **Correio Braziliense**, Brasília, n. 5.665, p. 11, 2 agosto 1978. Segundo a reportagem, “há cinco anos [Mônica] se classifica em primeiro lugar como bolsista na Aliança Francesa”.

¹⁵ INVASÃO na UnB – Novamente. Como sempre aconteceu, o Objetivo SP B obteve um índice de aprovação que superou os demais até aqui obtidos. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 4946, p. 9, 22 julho 1976.

deu à luz sua primeira filha, Maria Carolina. Também cursou Direito na Universidade do Distrito Federal (UDF), o qual abandonou para dedicar-se com mais afinco à seleção para a carreira diplomática¹⁶. Em 1977, prestou pela primeira vez o exame ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), não logrando aprovação¹⁷. No ano seguinte, frequentou um curso preparatório específico para o vestibular ao CPCD, ministrado por alunos do IRB. Esse curso surgiu a partir de determinação do diretor do IRB à época, Sérgio Bath, e tinha como propósito encontrar e preparar candidatos negros que tivessem condições de aprovação no exame¹⁸.

A orientação que Mônica recebeu de futuros diplomatas fizera parte da estratégia que o Itamaraty adotou para, por um lado, abrandar as críticas relativas à discriminação e elitização presentes nos processos de seleção ao IRB e, por outro, contribuir para a realização de alguns objetivos da política exterior, como o estreitamento das relações diplomáticas com a África e a promoção da ideia de que no Brasil haveria uma “democracia racial”. É bastante ilustrativa a declaração do diretor Sérgio Bath a jornalistas em 1978, ao afirmar: “no dia em que um negro entrar para o Instituto Rio Branco, vou dar uma festa em minha casa, com bolo e tudo”¹⁹. Tal atitude demonstra que havia um esforço do Itamaraty à época para melhorar a imagem da diplomacia brasileira.

Mônica realizou novamente o exame em 1978, sendo aprovada na 26ª colocação dentre um total de 52 exitosos. Iniciou sua formação no IRB em 1979, concluindo-a no ano seguinte²⁰. Em 2 de setembro de 1980, foi nomeada Terceira-Secretária da carreira de diplomata²¹, tornando-se, aos 22 anos de idade, a primeira diplomata negra do Brasil (FRIAÇA, 2018).

A repercussão de sua entrada na carreira diplomática foi grande na imprensa, como demonstram algumas manchetes de jornais de grande circulação. O *Jornal do Brasil* noticiou que a “Primeira negra aprovada para estudar diplomacia prefere servir na ONU”²²; o jornal *O Globo*

¹⁶ PRIMEIRA negra aprovada para estudar diplomacia prefere servir na ONU. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 88, n. 116, p. 15, 2 agosto 1978.

¹⁷ Ficha de inscrição de Mônica de Menezes Campos para o exame de admissão ao CPCD de 1978. Acervo digital do Arquivo Nacional, Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. Código de referência: BR DFANBSB Z4.DPN.PES, PFI.810, p. 88. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_z4/dpn/pes/pfi/0810/br_dfanbsb_z4_dpn_pes_pfi_0810_d0001de0001.pdf Último acesso em: 13/08/2020.

¹⁸ MARTINS, F. Uma negra no Itamaraty: será o fim do preconceito? **Correio Braziliense**, Brasília, n. 5.665, p. 11, 2 agosto 1978.

¹⁹ MARCHI, C. Mônica do Itamaraty: atriz de uma peça necessária à política externa brasileira. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 117, p. 29, 3 agosto 1978.

²⁰ Anuário do Instituto Rio Branco 1978-1979-1980. Brasília, DF: Instituto Rio Branco, 1980. Disponível em: http://www.institutoriobranco.itamaraty.gov.br/images/pdf/Anuarios/anuario_irbr_78-79-80.pdf. Último acesso em: 17/08/2020.

²¹ BRASIL. **Diário Oficial da União**: seção I – parte I: Poder Executivo, Brasília, n. 17340, p. 12, 2 set. 1980.

²² PRIMEIRA negra aprovada para estudar diplomacia prefere servir na ONU. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 88, n. 116, p. 15, 2 agosto 1978.

veiculou que o “[Instituto] Rio Branco terá sua primeira aluna negra”²³; o *Correio Braziliense* foi enfático, reservando espaço na primeira página: “Talento de Mônica abala preconceitos. Ela será uma diplomata”²⁴; a revista *Manchete* também fez uma reportagem sobre o fato, com o título “Diplomacia: a escalada feminina”²⁵, que retratou, além de Mônica, a primeira colocada do exame vestibular ao CPCD de 1978, Leonilda Beatriz Campos Gonçalves. Segundo o jornalista Carlos Marchi, do *Jornal do Brasil*, tal repercussão não teria sido ao acaso, pois a imprensa fora alertada do caso pelo próprio Itamaraty:

Agora, foram os próprios diplomatas – possivelmente, seguindo instruções superiores – que deram uma dica formidável aos jornalistas: ‘Uma crioulinha conseguiu passar’. Para quem se interessasse, o endereço e o telefone de Mônica estavam à mão. A TV-Globo foi imediatamente convocada pelo Itamaraty, naturalmente em caráter não oficial²⁶.

Entretanto, houve também críticas a essa exposição na imprensa, notadamente de um dos mais ferrenhos expositores da discriminação racial existente no Itamaraty, Abdias do Nascimento, que recentemente retornara do exílio. Em sua obra *O Quilombismo*, publicada dois anos depois do evento em questão, o autor argumenta que o IRB, para demonstrar que não havia racismo na instituição, iniciara “uma campanha sensacionalista” nos jornais, baseada na figura de Mônica de Veyrac. Essa campanha teria como propósito melhorar a imagem do Brasil na África, no intuito de conquistar mercados no continente, especialmente nos países produtores de petróleo, como Nigéria e Angola (NASCIMENTO, 1980, p. 218).

É possível afirmar então que a ditadura, por meio dos diplomatas, fez uso político de sua aprovação, com o intuito de, por um lado, reforçar a imagem do Brasil enquanto sociedade sem conflitos raciais, e por outro, estreitar os vínculos comerciais com a África. A entrada de uma negra no IRB, um dos locais mais elitizados do aparato burocrático brasileiro, passaria a impressão de que, no acesso à carreira diplomática, não havia discriminação, ou que se houvesse estaria, a partir de então, extinta. Ela inclusive afirmou em entrevista ao *Jornal do Brasil* que, ao ser orientada em seus estudos por diplomatas, não sentiu nenhum tipo de tratamento diferenciado²⁷.

A futura diplomata também preferiu não se posicionar publicamente sobre assuntos considerados sensíveis à época, como, por exemplo, quando foi questionada sobre sua preferência entre os possíveis sucessores de Geisel à presidência²⁸. Em outra entrevista,

²³ RIO branco terá sua primeira aluna negra. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 54, n. 16.361, p. 9, 1º agosto 1978.

²⁴ TALENTO de Mônica abala preconceitos. Ela será uma diplomata. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 5665, p. 1, 2 agosto 1978.

²⁵ PEDROSA FILHO, G; DUARTE, D. Diplomacia: a escalada feminina. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 1376, p. 54-56, 2 setembro 1978.

²⁶ MARCHI, C. Mônica do Itamaraty: atriz de uma peça necessária à política externa brasileira. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 117, p. 29, 3 agosto 1978.

²⁷ PRIMEIRA negra aprovada para estudar diplomacia prefere servir na ONU. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 88, n. 116, p. 15, 2 agosto 1978.

²⁸ *Ibidem*.

reconheceu que, embora nunca tivesse presenciado ato de discriminação racial em Brasília, no Rio de Janeiro, sua cidade natal, “isso era muito comum”. Também procurou se afastar de movimentos estudantis, alegando que, durante a greve de alunos e professores da UnB, em 1977, recusara a oferta para ser representante do Departamento de Letras, pois, como estudava para o IRB, não podia envolver-se em “assuntos políticos”²⁹.

Antes de tecer qualquer conclusão sobre o real posicionamento de Mônica de Veyrac sobre questões políticas e sociais – inclusive o racismo –, é necessário lembrar que ela estava sob a égide de uma ditadura que perseguia posições ideológicas divergentes. Considerando que ainda teria de ser aprovada no CPCD para alcançar seu objetivo, é compreensível supor que talvez sua opinião verdadeira fosse diferente daquela externada. Mesmo durante a fase de retórica de reabertura política, iniciada no final dos anos 1970, a vigilância dos órgãos de repressão governamentais sobre os integrantes da carreira diplomática ainda era grande. A título de exemplo, pode-se mencionar um relatório confidencial elaborado pelo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA-RJ) sobre a turma de aprovados ao CPCD de 1978. O relatório não encontrou informações relevantes sobre os futuros diplomatas, com exceção do candidato José Fiuza Neto, que, segundo o órgão, teria “tendências esquerdistas”³⁰. Os movimentos negros também eram monitorados pelo governo Geisel, que os considerava veículos de “propaganda racista e socialista”³¹. Portanto, não era prudente, para quem quisesse se tornar diplomata, divergir abertamente da ideologia do regime ditatorial.

Logo após formar-se no IRB, ela foi designada para a Divisão de Passaportes, na Secretaria de Estado (SERE), exercendo aí a função de Assistente do Chefe até fevereiro de 1982. Foi então transferida para a Divisão de Privilégios e Imunidades, também na SERE. No mesmo ano, casou-se com Stephane de Veyrac, mudando seu nome para Mônica de Veyrac. Em dezembro, tornou-se mãe pela segunda vez, dessa vez de um menino. A partir de fevereiro de 1983, foi removida para o consulado brasileiro em Zurique, ocupando naquela repartição a função de vice-cônsul. Foi promovida a Segunda-Secretária, por progressão funcional, no mês de dezembro. Em maio de 1984, Mônica requereu licença para tratar de interesse particular, a qual foi interrompida, a pedido, em novembro do mesmo ano. A diplomata foi então designada

²⁹ MARCHI, C. Mônica do Itamarati: atriz de uma peça necessária à política externa brasileira. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 117, p. 29, 3 agosto 1978.

³⁰ Dossiê sobre os candidatos aprovados nos concursos de 1978 e 1979 ao ingresso na carreira diplomática. Acervo digital do Arquivo Nacional, Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. Código de referência: BR DFANBSB Z4.DPN.PES, PFI.809, p. 4-5. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_z4/dpn/pes/pfi/0809/br_dfanbsb_z4_dpn_pes_pfi_0809_d0001de0001.pdf. Último acesso em: 19/08/2020.

³¹ Informe Confidencial n. 0204 de outubro de 1976, elaborado pelo CISA-RJ. Documento integrante de Dossiê sobre os movimentos negros no Brasil. Acervo digital do Arquivo Nacional, Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. Código de referência: BR DFANBSB Z4.DPN.ENI.272, p. 89. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_z4/dpn/eni/0272/br_dfanbsb_z4_dp_n_eni_0272_d0001de0001.pdf. Último acesso em: 21/08/2020.

para a Embaixada Brasileira em Helsinkí. Entretanto, antes de assumir seu posto, faleceu, em decorrência de um aneurisma cerebral, em São José, Costa Rica, no dia 1º de janeiro de 1985³².

Sua morte gerou na imprensa repercussão bem menor do que sua entrada na carreira diplomática. Fora algumas breves notas de falecimento em jornais do Rio de Janeiro, apenas o *Correio Braziliense* deu ênfase ao acontecimento. Segundo o periódico, alguns amigos da diplomata afirmaram que ela sofrera racismo por parte de seu superior em Zurique, que a tratava como uma “serviçal”. Este inclusive teria sido o motivo pelo qual ela requerera licença do Itamaraty³³. O Centro de Estudos Afro-Brasileiros solicitou que o chanceler Saraiva Guerreiro apurasse as denúncias de discriminação racial que pairavam sobre o caso³⁴. Entretanto, ninguém foi punido.

Os motivos que possibilitaram a entrada da primeira mulher negra na carreira diplomática devem ser analisados com base no que foi exposto. No plano individual, pode-se ressaltar dois fatores: seu brilhantismo intelectual, demonstrado pela sua trajetória acadêmica; e o fato de ela pertencer a uma família da classe média pertencente ao serviço público, a qual tinha condições materiais que permitiram-na dedicar-se aos estudos para o IRB. Em reportagem do *Jornal do Brasil*, esse aspecto fica evidente, quando é mencionado que: “nunca [lhe] faltaram livros, assim como nunca faltou premiação para bons resultados: quando tinha 18 anos, ganhou um carro por passar no vestibular”³⁵. Deve-se ressaltar também a importância do processo de racionalização-burocrática do Itamaraty ocorrido a partir de 1913 e intensificado no pós-1930 (CHEIBUB, 1985;1989). Se a formalização dos critérios de admissão permitiu o aumento de indivíduos de classe média na carreira diplomática (CHEIBUB, 1989), as barreiras discriminatórias ainda vigoravam, tornando extremamente difícil o acesso de mulheres negras ao IRB.

O contexto político e social dos anos 1970 no Brasil também deve ser levado em consideração ao analisar seu pioneirismo no Itamaraty. A ditadura militar tinha interesse em reforçar a imagem de “democracia racial” brasileira, tanto em nível doméstico quanto em nível internacional. Era de seu interesse também aproximar-se dos recém-emancipados países africanos. Assim, ao incentivar a divulgação na imprensa da entrada da primeira mulher negra na diplomacia brasileira, rebatia indiretamente as críticas relativas à elitização e discriminação existentes no IRB e criava a (falsa) imagem de que os negros no Brasil tinham livre acesso à carreira diplomática.

³² Maço pessoal da diplomata Mônica de Veyrac, p. 6-74. Informação concedida pelo IRB via Lei de Acesso à Informação, nº de protocolo 09200000703202016.

³³ ENTERRO da 1ª diplomata negra é hoje. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 7952, p. 12, 6 janeiro 1985.

³⁴ ITAMARATI terá de explicar se há discriminação. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 7954, p. 17, 8 janeiro 1985.

³⁵ MARCHI, C. Mônica do Itamarati: atriz de uma peça necessária à política externa brasileira. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 117, p. 29, 3 agosto 1978.

Considerações Finais

Ainda hoje, a elite do funcionalismo público é lugar de difícil acesso para grupos historicamente discriminados, como o das mulheres negras. No caso da diplomacia, a implementação de políticas de ação afirmativa vem atenuando esse cenário desigual, embora de maneira ainda insuficiente. Em 2002, o governo Fernando Henrique Cardoso criou o Programa de Ação Afirmativa (PAA), que prevê a concessão de bolsas de estudo ao IRB para candidatos declaradamente negros. De 2003 a 2012, dos 319 bolsistas contemplados pelo PAA, 19 foram aprovados no concurso de admissão. Essas aprovações elevaram o percentual de diplomatas negros no Itamaraty (o estudo não especificou o gênero deles), que era de 0,65% no período 1997-2002, para 2,76% no período 2003-2010 (LIMA & OLIVEIRA, 2018). Contudo, ao se considerar a composição étnica da população brasileira, pode-se perceber que os negros ainda estão sub-representados na diplomacia brasileira.

Mais especificamente, as mulheres negras, além de enfrentarem o preconceito racial, têm de lidar com o preconceito de gênero. Em 2018, alguns sites noticiaram que a piauiense Luana Alessandra Roeder teria sido a primeira diplomata negra do Brasil. As agências verificadoras de fatos, entretanto, apontaram essa informação como falsa³⁶. A diplomata Marise Ribeiro Nogueira, aprovada no concurso de admissão ao IRB em 2003, relata no documentário *Exteriores – Mulheres brasileiras na diplomacia* (2018) que, por algum tempo, muitos acharam que *ela* fosse a primeira diplomata negra. Segundo Marise Ribeiro, no Itamaraty “há uma desfeminilização da mulher negra, há uma desumanização como pessoa, e há um deslocamento [...] talvez por isso, haja uma invisibilidade da mulher negra diplomata que faz com que cada uma seja a primeira”. Para amenizar esse cenário de exclusão, as políticas de ação afirmativa não bastam, pois se restringem ao âmbito interno do IRB. É fundamental que se desenvolva uma educação pública antirracista e inclusiva, que permita combater a condição de invisibilidade social imposta à mulher negra.

³⁶ Ver o artigo #Verificamos: Piauiense não ‘é a primeira negra diplomata no Itamaraty’, da Agência Lupa. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/08/20/verificamos-piauiense-primeira-negra-itamaraty/>. Último acesso em: 17/03/2021.

Referências

- ALMEIDA, P. R. O legado do barão: Rio Branco e a moderna diplomacia brasileira. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 39, n. 2, p. 125-135, 1996.
- _____. Pensamento diplomático brasileiro: Introdução metodológica às ideias e ações de alguns dos seus representantes. In: PIMENTEL, J. V. S. (org). **Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. Vol. I, p. 15-38.
- AMADO, A. **Por dentro do Itamaraty: impressões de um diplomata**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.
- BARBOZA, M. G. **Na diplomacia, o traço todo da vida**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2020.
- BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Comissão Nacional da Verdade, Brasília, Vol. I, 10 dez. 2014.
- CARVALHO, J. J. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 88-103, dez/fev. 2005-2006.
- CASTRO, F. M. O. **Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Vol. I (1808-1979).
- CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2002.
- CHEIBUB, Z. B. Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 113-131, 1985.
- _____. A carreira diplomática no Brasil: o processo de burocratização do Itamaraty. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 97-128, 1989.
- CRUZ, A. N. Percursos políticos independentistas: a primeira geração diplomática, o Império brasileiro e os negócios externos (1822-1831). In: **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia**. Brasília, ANPUH-Brasil, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1504297083_ARQUIVO_AbnerNeemiasdaCruz.pdf. Último acesso em: 19/08/2020.
- COELHO, L. M.; BAPTISTA, M. A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. **Psicologia Política**, Porto Alegre, v. 9, n. 17, p. 85-99, jan/jun. 2009.
- DÁVILA, J. **Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- EXTERIORES – MULHERES BRASILEIRAS NA DIPLOMACIA**. Direção: Ivana Diniz. Produção: Argonautas. *YouTube*. 6 abr. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wLysBpHjyc8>. Último acesso em: 17/03/2018.
- FERNANDES, T. D. M. **Diplomacia militar – Antônio Francisco Azeredo da Silveira: autonomia e interferências, o Itamaraty e o regime militar – 1974-1979**. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Humanidades) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FRIAÇA, G. J. R. **Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-1911)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018.
- GOBO, K. Da exclusão à inclusão consentida: negros e mulheres na diplomacia brasileira. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 38, p. 440-464, jan/abr. 2018.
- _____. **Noblesse d'état: do campo ao habitus da diplomacia brasileira**. 2016. 272 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.
- GUIMARÃES, A. S. A. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 54, n. 2, p. 147-156, 1999.
- GUIMARÃES, A. S. A. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. no 2001, n. 61, p. 147-162, 2001.
- GUIMARÃES, A.S.A.; MACEDO, M. Diário trabalhista e democracia racial negra dos anos 1940. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 143-182, 2008.
- LIMA, R. C.; OLIVEIRA, A. J. S. N. Manutenção e mudanças no Ministério das Relações Exteriores: perfis do corpo diplomático e padrões na carreira. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 5, p. 797-821, 2018.
- NASCIMENTO, A. **O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- NASCIMENTO, A. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

PEREIRA, A. W. **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o Estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
RICUPERO, R. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016**. Rio de Janeiro: Versal, 2017.
SELL, C. E. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber**. Petrópolis: Vozes, 2009.

Fontes

Anuário do Instituto Rio Branco 1978-1979-1980. Brasília, DF: Instituto Rio Branco, 1980. Disponível em: http://www.institutorio Branco.itamaraty.gov.br/images/pdf/Anuarios/anuario_irbr_78-79-80.pdf. Último acesso em: 17/08/2020.

Arquivo pessoal de Antônio Azeredo da Silveira. Pasta AAS mre d 1974.03.26. **Acervo online do CPDOC/FGV**. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AAS_MRE&Pesq=abdias%20do%20nascimento&pagfis=58356 Último acesso em: 13/08/2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 791, de 14 de outubro de 1938**. Reorganiza o Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-791-14-outubro-1938-350339-publicacaooriginal-1-pe.html>. Último acesso em: 19/08/2020.

BRASIL. **Diário Oficial da União**: seção I – parte I: Poder Executivo, Brasília, n. 17340, p. 12, 2 set. 1980.

BRASIL. **Lei nº 614, de 22 de agosto de 1851**. Organiza o Corpo Diplomático Brasileiro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-614-22-agosto-1851-559304-publicacaooriginal-81470-pl.html>. Último acesso em: 19/08/2020.

Dossiê sobre Abdias do Nascimento. **Acervo digital do Arquivo Nacional**, Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. Código de referência: BR DFANBSB Z4.DPN.PES, PFI.247. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_z4/dpn/pes/pfi/0247/br_dfanbsb_z4_dpn_pes_pfi_0247_d0001de0001.pdf Último acesso em: 13/08/2020.

Dossiê sobre os candidatos aprovados nos concursos de 1978 e 1979 ao ingresso na carreira diplomática. **Acervo digital do Arquivo Nacional**, Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. Código de referência: BR DFANBSB Z4.DPN.PES, PFI.809. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_z4/dpn/pes/pfi/0809/br_dfanbsb_z4_dpn_pes_pfi_0809_d0001de0001.pdf. Último acesso em: 19/08/2020.

Dossiê sobre os movimentos negros no Brasil. **Acervo digital do Arquivo Nacional**, Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. Código de referência: BR DFANBSB Z4.DPN.ENI.272. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_z4/dpn/eni/0272/br_dfanbsb_z4_dpn_eni_0272_d0001de0001.pdf. Último acesso em: 21/08/2020.

ENTERRO da 1ª diplomata negra é hoje. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 7952, p. 12, 6 janeiro 1985.

Ficha de inscrição de Mônica de Menezes Campos para o exame de admissão ao CPCD de 1978. **Acervo digital do Arquivo Nacional**, Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. Código de referência: BR DFANBSB Z4.DPN.PES, PFI.810. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_z4/dpn/pes/pfi/0810/br_dfanbsb_z4_dpn_pes_pfi_0810_d0001de0001.pdf Último acesso em: 13/08/2020.

FUTURA diplomata negra não sofre discriminação. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 54, n. 16.362, p. 8, 2 agosto 1978.

INVASÃO na UnB – Novamente. Como sempre aconteceu, o Objetivo SP B obteve um índice de aprovação que superou os demais até aqui obtidos. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 4946, p. 9, 22 julho 1976.

ITAMARATI terá de explicar se há discriminação. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 7954, p. 17, 8 janeiro 1985.

Maço pessoal da diplomata Mônica de Veyrac. Informação concedida pelo IRB via Lei de Acesso à Informação, nº de protocolo 09200000703202016.

MARCHI, C. Mônica do Itamarati: atriz de uma peça necessária à política externa brasileira. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 117, p. 29, 3 agosto 1978.

MARTINS, F. Uma negra no Itamarati: será o fim do preconceito? **Correio Braziliense**, Brasília, n. 5665, p. 11, 2 agosto 1978.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Portaria nº 9 CP/QOA-QOE, de 14 de Abril de 1971. **Diário Oficial da União**: seção I – parte I: Poder Executivo, Brasília, n. 3366, p. 14, 5 mai. 1971.
O árduo caminho que percorre um candidato a diplomata. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 54, n. 50.65, p. 18, 21 março 1974.
PEDROSA FILHO, G; DUARTE, D. Diplomacia: a escalada feminina. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 1376, p. 54-56, 2 setembro 1978.
PRIMEIRA negra aprovada para estudar diplomacia prefere servir na ONU. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 88, n. 116, p. 15, 2 agosto 1978.
RIO Branco não faz discriminações e nega vestibular com “carta marcada”. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 5.555, p. 9, 13 abril 1978.
TALENTO de Mônica abala preconceitos. Ela será uma diplomata. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 5665, p. 1, 2 agosto 1978.

Artigo recebido em 23/04/2021 e
aprovado para publicação em 11/07/2021.